

PARECER Nº , DE 2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 2008, (nº 2.550 de 2003, na origem), que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

RELATOR: Senador FRANCISCO DORNELLES

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei sob exame, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, cria 660 cargos de provimento efetivo, sendo 431 de Técnico e 229 de Analista Judiciário, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (art. 1º), e 345 funções comissionadas nível FC-5 no mesmo Quadro de Pessoal (art. 2º).

De acordo com o art. 3º, as despesas decorrentes da criação dos referidos cargos e funções correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região no Orçamento Geral da União.

Pelo art. 4º, a implementação dos cargos e funções previstos nos Anexos I e II Projeto será realizada em parcelas sucessivas, sendo: 20% a partir da data de entrada em vigor da Lei, em caso de aprovação da iniciativa, 40% a partir de janeiro de 2007, 60% a partir de 2008, e 100% a partir de 1º de janeiro de 2009.

O parágrafo único do art. 4º prevê que as eventuais alterações nos gastos decorrentes das criações dos cargos ficam condicionadas à existência da respectiva autorização e dotação orçamentária, em consonância com o

disposto no art. 169 da Constituição e normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

A justificação da proposição menciona a necessidade de maior celeridade na entrega da prestação jurisdicional como o motivo para a criação dos cargos previstos no Tribunal, que vem recebendo quantidade cada vez maior de ações, com a conseqüente elevação no volume de serviços e responsabilidades dos servidores da Justiça.

Cita, a seguir, a Lei nº 9.957, de 12 de janeiro de 2000, que instituiu procedimento sumaríssimo no processo trabalhista, acentuando, dessa forma, a necessidade de o Tribunal poder contar com servidores adequadamente qualificados para a missão de conferir a devida rapidez na prestação jurisdicional. Lembra que a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, ampliou a competência da Justiça do Trabalho, criando novas demandas e serviços.

II – ANÁLISE

O projeto está em plena consonância com as normas constitucionais e jurídicas. A matéria encontra amparo no art. 48 da Constituição que, em seu inciso X, concede ao Congresso Nacional a competência para dispor sobre criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas.

Ademais, a iniciativa privativa do Tribunal Superior do Trabalho para assuntos dessa natureza encontra-se consignada no art. 96 da Constituição, na letra *b* de seu inciso II.

Quanto à exigência contida nos arts. 87, IV, e 88 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 (Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007), de que a presente proposição seja instruída por parecer do Conselho Nacional de Justiça, ela foi suprida pela decisão daquele colegiado no Pedido de Providências nº 111, de 2005, cujas conclusões foram adotadas quando da votação da matéria na Câmara dos Deputados.

A proposta, finalmente, merece ser aprovada pelo grande mérito de buscar dotar a Justiça do Trabalho de servidores aptos a conferir maior celeridade à prestação jurisdicional, celeridade esta tão necessária para a consecução da verdadeira justiça.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 2008, tendo em vista sua constitucionalidade, juridicidade, e, quanto ao mérito, sua oportunidade e conveniência.

Sala da Comissão, 05 de novembro de 2008.

Senador MARCO MACIEL, Presidente

Senador MARCO MACIEL, Relator